

Secretaria de
Desenvolvimento
Social, Criança
e Juventude



GOVERNO DO ESTADO
PERNAMBUCO
MAIS TRABALHO, MAIS FUTURO.

Assistência Social



Plano Estadual de Apoio Técnico

Secretaria Executiva de Assistência Social



EXPEDIENTE

Paulo Henrique Saraiva Câmara

Governador do Estado de Pernambuco

Luciana Barbosa de Oliveira Santos

Vice-Governadora

Sileno Sousa Guedes

Secretário de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude

Joelson Rodrigues Reis e Silva

Secretário Executivo de Assistência Social

Joelson Rodrigues Reis e Silva

Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:

Shirley de Lima Samico - Coordenadora Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial.

Grupo de Trabalho Técnico:

Shirley de Lima Samico, Fátima Maria Ferreira Barbosa, Sidney Marques Cavalcanti, Luciana Lisboa Cristóvão dos Santos, Cilene Maria Gomes Aragão, Enires Barbosa da Silva, Maria Cristina Alves Pereira Silva, Carla Beltrão, Paula Vanusa, Claudia Maria Rodrigues de Souza, Renata Claudia Silva Marinho Costa, Viviane Wanderley Cavalcanti Santos, Michelle Rodrigues de Lima, Leonidas Leal, Maria Rosemaura, Bruna Nascimento, Maria Ivone, Conceição Freitas, Enires Barbosa da Silva, Mariana Suassuna, Ana Paula Moraes, Cátia Silene, Wellia Márcia de Melo Siqueira.

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	4
1. INTRODUÇÃO	5
1. OBJETIVOS.....	7
2. PÚBLICO ALVO	7
3. INDICADORES	7
4. DIAGNÓSTICO	12
4.1. Rede do Sistema único de Assistência Social nos municípios	12
4.2. Diagnóstico da Matriz de Indicadores.....	13
5. METODOLOGIA	21
6. MODELO DO REGISTRO VISITAS.....	24
7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	25

APRESENTAÇÃO

O planejamento de um apoio técnico integrado tem como lastro assegurar de forma sistêmica, contínua e planejada uma intervenção capaz de provocar conhecimento e mudanças nos alcances e resultados das intervenções das políticas sociais.

Na política de Assistência Social, trata-se de uma das prerrogativas e atribuições do ente estadual, na qual tem como sua função garantir capacitação, apoio técnico e ações de supervisão junto aos municípios.

Este plano é fruto de muitas discussões e análises das intervenções na política de assistência social por parte da equipe da Secretaria Executiva de Assistência Social junto as demandas dos municípios. Cada vez mais faz-se importante atuar de forma integrada e ao mesmo tempo planejada a fim de que otimize o tempo, melhore a eficiência e direcione resultados.

A atribuição do apoio técnico esta prevista na NOB SUAS 2012 em seu capítulo III que compreende, ações de: I - capacitação; II - elaboração de normas e instrumentos; III - publicação de materiais informativos e de orientações técnicas; IV - assessoramento e acompanhamento.

No pacto de aprimoramento do SUAS – Gestão Estadual (Resolução CNAS Nº2, de 16 de março de 2017) também há um indicador para pactuação na CIB e deliberação no Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS anual o Plano de Apoio Técnico aos municípios.

Atendendo as prerrogativas, este plano se despona na certeza de contribuir para qualificação da gestão, dos provimentos dos serviços e do controle social do Sistema Único de Assistência Social, bem como proporcionar um melhor atendimento e consequentemente melhoras dos indicadores sociais - melhores resultados no atendimento a população beneficiária desta Política.

1. INTRODUÇÃO

Ao organizar um plano, para além da sua dimensão técnica, visa-se protagonizar uma direção e sustentação política. A instrumentalidade deste documento tem como corpo a intervenção a partir do conhecimento.

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) alterada pela Lei nº 12.435/2011, em seu artigo 6º, inciso I, dispõe que o SUAS tem como um dos seus objetivos “consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva”.

São várias resoluções que ao longo da construção do SUAS direcionam o apoio técnico como prerrogativa importante. São elas:

- **Resolução CIT nº 06 de 1º de julho de 2008:** instituiu o processo de acompanhamento dos Estados às situações consideradas insatisfatórias para funcionamento dos CRAS;
- **Resolução CIT nº 05 de 03 de maio de 2010:** Instituir, de forma pactuada, as metas de desenvolvimento dos CRAS.
- **Resolução CIT nº 8, de 14 de julho de 2010:** Estabelece fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- **Resolução CNAS nº 32, de 31 de outubro de 2013,** que dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- **Artigo 15, Inciso VII da NOB/SUAS 2012:** responsabilidade do Estado “apoiar técnica e financeiramente os municípios e na implantação e organização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais”; Capítulo V- Processo de Acompanhamento no SUAS;
- **Resolução CNAS nº 18 de 15 de Julho de 2013:** estabeleceu as prioridades e metas específicas para a gestão municipal do SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas na CIT

Nesta perspectiva, a partir dos alinhamentos realizados pelas equipes da SEASS, em conformidade com as normativas vigentes e constantes diálogo com os indicadores nacionais e com os municípios, elencamos um indicador sintético composto por 37 indicadores que estão divididos em blocos de Gestão do SUAS – 13 indicadores, Proteção Social Básica – 8 indicadores, Proteção Social Especial – 8 indicadores, Controle Social

– 1 indicador, Segurança Alimentar e Nutricional – 3 indicadores e Vulnerabilidades Social – 4 indicadores.

Os indicadores funcionam como uma bússola que norteia, entretanto o entendimento da complexidade do SUAS e os “nós” de implementação da Política vai além do que é possível medir. Entretanto, simplificar os resultados também é um esforço para visibilizar de alguma forma as prioridades.

Outro princípio organizador destes indicadores é que eles servem para identificar os grupos de municípios mais vulneráveis e que precisam de mais atenção e os grupos que tem demandas mais específicas e que precisam de uma intervenção mais direcionada.

Nesta perspectiva, entende-se por vulnerabilidade um estado, um momento que pode ser superado a partir dos recursos e estratégias conjuntas a serem desenvolvidas. Essa concepção retira do lugar do apoio técnico qualquer perspectiva de fiscalização e sanção. O objetivo é direcionar a intervenção e contribuir para superação das vulnerabilidades.

1. OBJETIVOS

Geral:

Realizar apoio técnico e acompanhamento aos municípios, visando o aprimoramento da gestão do SUAS e a consequente melhoria dos padrões de qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Específicos:

- Prestar apoio técnico de forma continuada e com diferentes metodologias às equipes municipais visando o aprimoramento do SUAS no estado de Pernambuco;
- Contribuir na superação das dificuldades encontradas para implantação/implementação e organização do SUAS nos municípios;
- Promover ações de capacitação, formação e supervisão técnica aos trabalhadores (a)s municipais visando a melhoria do exercício de suas funções;
- Acompanhar o planejamento e execução das ações de apoio técnico para verificação do alcance de metas e objetivos do SUAS;
- Contribuir com as Instâncias de Controle Social do SUAS;
- Realizar o monitoramento e avaliação anual dos indicadores e metas;

2. PÚBLICO ALVO

Gestores, trabalhadores e conselheiros da política de Assistência Social

3. INDICADORES

Estes indicadores visam direcionar a intervenção a fim de assegurar resultados e, doravante aprimoramentos. Ao passo que os avanços forem alcançados, novos indicadores e metas serão direcionados. A tomada de decisão informada é uma estratégia para melhor caracterizar os problemas a serem enfrentados. Entretanto, sabe-se que também é uma simplificação de toda complexidade do trabalho social desenvolvido pela política de Assistência Social. Sabe-se que os desafios para política de Assistência Social são complexos e de varias ordens. Estes indicadores iniciais propõe alguns considerados importantes. Segue o quadro que compõe a matriz de 37 indicadores.

Matriz de indicadores da Assistência Social - 2019

EIXO 1 – Gestão do SUAS				
Indicador	Descritores	Pesos	Fonte	Período
Plano Municipal de Assistência Social	Desatualizado	0	COGPV/SEASS	fev/19
	Atualizado	1		
Demonstrativo Sintético do Fundo a Fundo Estadual	Não enviado	0	GEFEAS/SEASS	2º quadrimestre/2018 (31/01/2019)
	Pendência	0,50		
	Regular	0,75		
SalDOS de Recursos Bloqueados	Sim	0	GEFEAS/SEASS	2018
	Não	0,75		
Plano de Ação	Não finalizado	0	FNAS	2018
	Finalizado	0,75		
Demonstrativo Sintético	Não finalizado	0	FNAS	2018
	Finalizado	0,75		
Setores Estruturantes: Vigilância Socioassistencial	Não possui	0	Censo SUAS	2017
	Sim, informal	0,50		
	Sim, formal	0,75		
Setores Estruturantes: Gestão do Trabalho	Não possui	0	Censo SUAS	2017
	Sim, informal	0,50		
	Sim, formal	0,75		
Participação nos cursos do CAPACITASUAS	0% a 25%	0	GGTEP/SEASS	fev/19
	26 a 50%	0,25		
	51 a 75%	0,50		
	76 a 100%	0,75		
Cadastramento de LOGIN e SENHA de acesso ao SIGAS/PE	Não realizado	0	GGTEP/SEASS	fev/19
	Realizado após prazo	0,5		
	Realizado no prazo	0,75		
Cadastramento ou atualização das entidades integrantes da Rede Socioassistencial do Município no SIGAS/PE	Não atualizado	0	GGTEP/SEASS	fev/19
	Atualizado após prazo	0,5		
	Atualizado no prazo	0,75		
Lei do SUAS	Não	0	Censo SUAS 2017	2017
	Sim	0,75		
Benefícios Eventuais - Regulamentado pelo CMAS	Não	0	Censo SUAS 2017	2017
	Sim	0,75		
Atualização CNEAS	Abaixo de 50% das entidades	0	CNEAS/MDS	fev/19
	Acima de 50% das entidades	0,75		
Nota Máxima - Gestão do SUAS		10		

EIXO 2 – Proteção Social Básica				
Indicador	Descritores	Peso s	Fonte	Período
ID CRAS (**)	Até 3	0	SNAS/MDS	2017
	Entre 3,01 e 3,99	0,5		
	>= 4	3		
IGD Bolsa Família (***)	> 24 meses	0	SENARC/MDS	dez/18

	Saldo > 18 e <= 24 meses	0,25		
	Saldo > 12 e <= a 18 meses	0,5		
	Saldo > 6 meses e <= 12 meses	0,75		
	Saldo <= 6 meses	1		
Dados da Gestão Atualizados no SIGPBF < 12 meses	NÃO	0	SIGPBF/SAGI/MC	jan/19
	SIM	1		
Taxa de Inclusão dos Beneficiários do BPC no Cadastro Único	Abaixo de 50%	0	DBA/SNAS/MDS	BPC/out/18 vs CadÚnico/nov/18
	50% e abaixo de 80%	0,75		
	de 80% ou mais	1		
Alimentação RMA CRAS	Pendente	0	SNAS/MDS	out/18
	Atualizado	1		
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Atende abaixo de 25%	0	SIS_SNAS Portaria MDS nº 134, 11/2013	-
	25% e abaixo de 50%	0,75		
	a partir de 50% da meta pactuada	1		
% de População Beneficiária do PBF no Município	a partir de 50%	0	CadÚnico/População Estimada 2018 (IBGE)	set/18
	15% e abaixo de 50%	0,75		
	Abaixo de 15%	1		
Acompanhamento do Trabalho social com famílias no prontuário SUAS	NÃO	0	CENSO SUAS	2017
	SIM, modelo próprio da Unidade	0,5		
	SIM, modelo da prefeitura	0,75		
	SIM, modelo do MDS	1		
Nota Máxima - Proteção Social Básica		10		

EIXO 3 – Proteção Social Especial

Indicador	Descritores	Pesos	Fonte	Período
ID CREAS (**)	Até 3	0	SNAS/MDS	2017
	Entre 3,01 e 3,99	0,5		
	>= 4	3		
Pessoas em Situação de Trabalho Infantil no CadÚnico inseridas no SCFV	Inserção de 0 a 25%	0	CadÚnico vs SISC	set/18
	Inserção de 26 a 50%	0,5		
	Inserção de 51 a 75%	0,75		
	Inserção de 76 a 100%	1		
Identificação de Pessoas em Situação de Rua	Possui registro	0	CadÚnico vs Censo SUAS	CadÚnico/Set/18 vs Censo SUAS/2017
	Não possui registro	1		
Acompanhamento de Famílias com Crianças e Adolescentes em Situação de Acolhimento Institucional	Acompanha abaixo de 80%	0	RMA CRAS/CREAS/2017 vs GPSEAC	out/18
	Acompanha >= 80%	1		
Unidades de Acolhimento: Encaminhamento de Crianças e Adolescentes à Família de Origem ou Família Substituta ou Adoção nos últimos 12 meses	NÃO	0	Censo SUAS	2017
	SIM	1		
Alimentação RMA CREAS	Pendente	0	SNAS/MDS	out/18
	Atualizado	1		
Registro de Violações (*) no PAEFI	>= 4 violações	0	RMA CREAS/SNAS/MDS	2017
	<= 3 violações	1		

Medida Socioeducativa: Municípios COM cofinanciamento de MSE que possuem Plano de MSE	NÃO	0	Censo SUAS	2017
	SIM	1		
Nota Máxima - Proteção Social Especial		10		

EIXO 4 – Controle Social

Indicador	Descritores	Peso s	Fonte	Período
ID Conselho (**)	Até 3	0	SNAS/MDS	2017
	Entre 3,01 e 3,99	5		
	>= 4	10		
Nota Máxima - Controle Social		10		

EIXO 5 – Segurança Alimentar e Nutricional

Indicador	Descritores	Peso s	Fonte	Período
Adesão Sistema	NÃO	0	MapaSAN	2015
	SIM	4		
Possuir COMSEA	NÃO/Sem informação	0	Conselho Estadual Segurança Alimentar	-
	SIM	3		
Possuir PLAMSAN	NÃO	0	MapaSAN	2015
	SIM	3		
Nota Máxima - Segurança Alimentar e Nutricional		10		

EIXO 6 – Vulnerabilidade dos Municípios

Indicador	Descritores	Pesos	Fonte	Período
Taxa de extrema pobreza	Acima de 50%	0	Cadúnico/População Estimada 2018 (IBGE)	set/18
	>=10,01% e <=50%	1		
	<=10%	2,5		
Proteção Social (IDH-2010)	IDHM Muito Baixo e baixo	0	PNUD	-
	IDHM Médio	1		
	IDHM Muito Alto e Alto	2,5		
Municípios que estiveram de emergência - Decorrencia de Estiagem em 2017 / 2018	SIM	0	Diário Oficial PE	-
	NÃO	2,5		
Municípios que estiveram de emergência - Decorrencia de Fortes Chuvas em 2017 / 2018	SIM	0	Diário Oficial PE	-
	NÃO	2,5		
Nota Máxima - Vulnerabilidade dos Municípios		10		

Fonte: Elaboração Própria - COGPV/SEASS/SDSCJ

(*) Lista de violações - PAEFI

1. Crianças ou adolescentes vítimas de violência intrafamiliar (física ou psicológica);
2. Crianças ou adolescentes vítimas de abuso sexual;
3. Crianças ou adolescentes vítimas de exploração sexual;
4. Crianças ou adolescentes vítimas de negligência ou abandono;
5. Crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil (até 15 anos);
6. Pessoas em situação de rua;
7. Pessoas idosas vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual);
8. Pessoas idosas vítimas de negligência ou abandono;
9. Pessoas com deficiência vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual);
10. Pessoas com deficiência vítimas de negligência ou abandono;
11. Mulheres adultas (18 a 59 anos) vítimas de violência intrafamiliar (física, psicológica ou sexual);
12. Pessoas vítimas de tráfico de seres humanos;
13. Adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas (LA e/ou PSC)

() Metodologia:** até 1,99 - Insuficiente | 2 a 3 - Baixo | Entre 3,01 e 3,99 - Regular | Entre 4 e 4,99 - Bom | 5 - Ótimo

(*) Metodologia:** Meses em Conta / Fator Aplicado: >24 / 0,3 | > 18 e <=24 / 0,5 | >12 e <=18 / 0,7 | >6 e <=12 / 0,9 | 0 a 6 meses / 1

Eixos	Notas
Gestão do SUAS: GSUAS	0 a 10
Proteção Social Básica: PSB	0 a 10
Proteção social Especial: PSE	0 a 10
Controle Social: CS	0 a 10
Segurança Alimentar e Nutricional: SUASA	0 a 10
Vulnerabilidade dos municípios: VM	0 a 10

4. DIAGNÓSTICO

4.1. Rede do Sistema único de Assistência Social nos municípios

O Estado de Pernambuco possui uma ampla rede de equipamentos socioassistenciais que estão subdivididos em serviços socioassistenciais. Estes serviços estão previstos na Tipificação Nacional, Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009 que caracterizam a partir do seguinte quadro.

Nível de Proteção	Serviço	Quantidade
Proteção Social Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	328
	Grupos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	4.893
	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	164
Proteção Social Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	184
	Serviço Especializado em Abordagem Social	118
	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	123
	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Pessoas Idosas e suas Famílias	117
	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	8
Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional	138
	Serviço de Acolhimento em República	1
	Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	0
	Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências	154

Fonte: CadSUAS/Censo SUAS/2019/SISC

Complementar aos serviços socioassistenciais dispomos de Programas, conforme especificação a seguir:

Programas	Quantidade municípios
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – AEPETI	68
Programa Criança Feliz	161
Programa Acessuas Trabalho	48

Em relação aos Benefícios da Política de Assistência Social temos o seguinte quantitativo.

Benefícios	Quant. Beneficiários
Famílias Beneficiárias do Bolsa Família	1.179.827
Pessoas beneficiárias BPC	312.032
Quantidade de Famílias cadastradas no CadÚnico	1.947.037

Fonte: SENARC/SNAS/MS/ março 2019

Para execução destes serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais vários processos de implementação são necessários. Processos estes que vão desde planejamento, de gestão até a implementação e avaliação. São vários atores que operam o sistema único de assistência Social e o aprimoramento desta política é constante e de várias ordens. Eis os objetivos dos indicadores e neste tópico apresentamos um pouco dos resultados dos municípios.

4.2. Diagnóstico da Matriz de Indicadores

Em âmbito estadual a Secretaria Executiva de Assistência Social de Pernambuco construiu uma matriz de indicadores de monitoramento da Política de Assistência Social, sob a responsabilidade da Coordenação Geral de Planejamento e Vigilância Socioassistencial e participação e contribuição de todos os setores que compõem a Secretaria.

A matriz de indicadores está dividida em 06 eixos, quais sejam: Gestão do SUAS (GSUAS), Proteção Social Básica (PSB), Proteção Social Especial (PSE), Controle Social (CS), Segurança Alimentar e Nutricional (SUASA), Índice de Vulnerabilidade dos municípios (VM). Cada eixo é composto por seus indicadores¹ que somados indicam a nota do município.

Quadro 1 - Quantidade de indicadores por eixo

EIXOS	Quantidade de Indicadores	Notas
Gestão do SUAS: GSUAS	13	0 a 10
Proteção Social Básica: PSB	8	0 a 10
Proteção social Especial: PSE	8	0 a 10
Controle Social: CS	1	0 a 10
Segurança Alimentar e Nutricional: SUASA	3	0 a 10
Vulnerabilidade dos municípios: VM	4	0 a 10

¹ A matriz dos indicadores encontra-se no anexo I

Distribuídas em 05 grupos, essas notas representam o grau de vulnerabilidade dos municípios numa escala que vai de zero a 10 pontos, conforme mostra o quadro abaixo:

Quadro 2 - Escala de Vulnerabilidade

<i>Grupos</i>	<i>Vulnerabilidade</i>	<i>Notas</i>
Grupo 1	Muito Baixa	9 - 10
Grupo 2	Baixa	7,0 - 8,99
Grupo 3	Média	5,0 - 6,99
Grupo 4	Alta	3,0 - 4,99
Grupo 5	Complexa	0 - 2,99

Para alcançar a situação ideal faz-se necessário aproximar-se da nota máxima; isso significa que quanto menor a nota, maior é o grau de vulnerabilidade do município. O cálculo desses indicadores está representado pela seguinte fórmula:

$$\frac{GSUAS + PSB + PSE + CS + SUASA + VM}{6}$$

6

Para aferição dos indicadores são utilizadas as seguintes fontes estaduais: Gerência de Gestão do Trabalho e Educação Permanente (GGTEP), Gerência de Proteção Social Especial de Alta Complexidade (GEPAC), Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS), Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco (CONSEA/PE) e o Diário Oficial do Estado.

Quanto as fontes nacionais destacam-se: Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), Registro Mensal de Atendimento (RMA), Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Sistema de Informação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SISC), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mapa de Segurança Alimentar e Nutricional (MapaSAN), Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

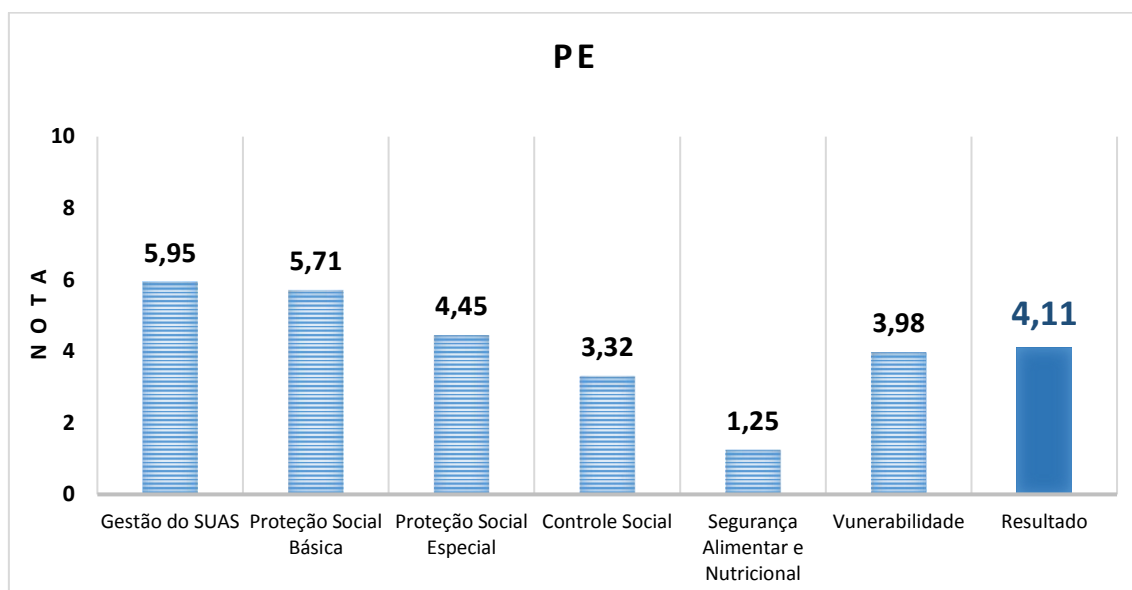
Considerando a periodicidade em que cada dado é divulgado (mensal, anual), definiu-se o marco zero de cada indicador para melhor direcionar o monitoramento, uma vez que essa ação está prevista para acontecer anualmente.

Em âmbito estadual o eixo que obteve a maior média foi Gestão do SUAS com 5,95. Porém, neste eixo apenas dois municípios aproximaram-se da nota máxima: Barreiros na Zona da

Mata Sul e Bodocó no Sertão do Araripe, ambos com nota 9,25; e Serra Talhada no Sertão do Pajeú com nota 9,0.

A maioria dos municípios ficaram com notas que variam entre 3,0 a 4,99 (115 municípios). As notas entre 7,0 a 8,99 foram atingidas por 01 município, as notas entre 5,0 a 6,99 foram atingidas por 42 municípios e outros 26 ficaram com notas variando entre 0,0 e 2,99. O Distrito Estadual de Fernando de Noronha ficou com a nota mais baixa (1,75).

Gráfico 1 – Nota do Indicador por Eixos temáticos



Fonte: Elaboração própria – vigilância socioassistencial / SEASS / SDSCJ

O eixo da Proteção Social Básica apresenta-se com a segunda maior média (5,71); os municípios de Feira Nova e Frei Miguelinho no Agreste Setentrional ficaram com as menores notas (ambos com 2,75). Os demais municípios se distribuem com notas que variam de 7,0 a 8,99 (45 municípios), 5,0 a 6,99 (72 municípios) e 3,0 a 4,99 (65 municípios).

Com a terceira maior média comparece o eixo da Proteção Social Especial, o qual atingiu 4,45. Neste eixo 22 municípios ficaram com notas entre 7,0 e 8,99; as notas que variam entre 5,0 e 6,99 foram atingidas por 29 municípios. A maioria ficou com notas entre 3,0 e 4,99 (130 municípios); e os municípios de Tupanatinga no Agreste Meridional, Tracunhaém na Zona da Mata Norte e Joaquim Nabuco na Zona da Mata Sul apresentaram as menores notas (2,00).

Na quarta posição com média de 3,98 está o eixo de Vulnerabilidade dos Municípios, particularmente no que se refere à taxa de extrema pobreza, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e municípios que estiveram em situação de emergência em decorrência de estiagem ou fortes chuvas. Nenhum município atingiu notas acima de 9,0; distribuindo-se com notas que variam de 7,0 a 8,99 (30 municípios), 5,0 a 6,99 (10 municípios), 3,0 a 4,99 (78 municípios) e 0,0

a 2,99 foram 66 municípios, entre eles Bodocó no Sertão do Araripe, Águas Belas e Jurema no Agreste Meridional (os três sem nota).

O eixo de Controle Social ficou com média 3,32. A aferição desse indicador considerou a nota do Índice de Desenvolvimento do Conselho (ID Conselho). Para conseguir a nota máxima (10,0) faz-se necessário obter ID igual ou superior a 4,0. Destaca-se que 40 municípios encontram-se com esse perfil. Com nota 5,0 comparecem 42 municípios, uma vez que o ID Conselho destes ficou entre 3,01 e 3,99. Os demais municípios não somaram nota (102 municípios) tendo em vista que o ID Conselho não ultrapassou a nota 3,0.

O eixo de Segurança Alimentar e Nutricional apresentou a menor média (1,25); apenas os municípios de Recife e Jaboatão dos Guararapes obtiveram a nota máxima (10,0). Com nota 3,0 comparecem 70 municípios e os demais (112) não obtiveram nota. Este eixo é composto por três indicadores; ou seja, para obtenção da nota máxima o município precisa aderir ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, possuir Conselho, bem como o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

A partir dos indicadores apresentados, observa-se que o grupo que possui melhor índice é o da Gestão do SUAS, em seguida a Proteção Social Básica e Especial. Os indicadores sintéticos mais baixos são de Segurança Alimentar e Nutricional, Vulnerabilidade Social e Controle Social conforme pode ser observado no gráfico 01, acima citado.

Para detalhamento das informações por município segue a lista do ranking dos municípios. O detalhamento também pode ser visualizado pelo Sistema Integrado de informação da Assistência Social – SIGAS/PE: <https://www.sigas.pe.gov.br/pagina/perfis-municipais--abril2019--indicadores-da-assistncia-social>.

Quadro 3:
Ranking municipal dos indicadores

Nº	Municípios	Gestão do suas	Proteção Social Básica	Proteção Social Especial	Controle Social	Segurança Alimentar e Nutricional	Vulnerabilidade	RANKING	Posição
1	Timbaúba	7,50	8,00	7,00	10,00	3,00	7,00	7,08	1º
2	Recife	7,00	6,00	4,00	5,00	10,00	8,50	6,75	2º
3	Vicência	7,00	8,50	5,00	10,00	3,00	7,00	6,75	2º
4	Afogados da Ingazeira	7,25	8,50	7,00	10,00	3,00	4,50	6,71	3º
5	Jaboatão dos Guararapes	6,25	6,00	4,00	5,00	10,00	8,50	6,63	4º

Nº	Municípios	Gestão do suas	Proteção Social Básica	Proteção Social Especial	Controle Social	Segurança Alimentar e Nutricional	Vulnerabilidade	RANKING	Posição
6	Abreu e Lima	5,50	8,75	5,00	10,00	3,00	7,00	6,54	5º
7	Serra Talhada	9,00	5,75	7,00	10,00	3,00	4,50	6,54	5º
8	São Caetano	7,25	8,50	7,00	10,00	0,00	3,50	6,04	6º
9	Pedra	8,50	4,50	7,00	10,00	3,00	2,50	5,92	7º
10	Salgueiro	8,50	5,50	4,00	10,00	3,00	4,50	5,92	7º
11	Tacaratu	6,50	8,50	3,50	10,00	3,00	3,50	5,83	8º
12	Rio Formoso	6,75	5,00	5,25	10,00	3,00	4,50	5,75	9º
13	Macaparana	5,75	7,50	4,00	10,00	0,00	7,00	5,71	10º
14	Tuparetama	6,50	7,25	4,00	10,00	3,00	3,50	5,71	10º
15	Itambé	5,50	8,50	4,00	10,00	0,00	6,00	5,67	11º
16	Olinda	8,25	4,75	4,50	5,00	3,00	8,50	5,67	11º
17	Cabo de Santo Agostinho	4,50	4,75	4,50	10,00	3,00	7,00	5,63	12º
18	Petrolina	7,50	5,50	3,00	10,00	3,00	4,50	5,58	13º
19	Belém de São Francisco	5,50	7,75	3,00	10,00	3,00	3,50	5,46	14º
20	Ouricuri	7,50	5,25	4,50	10,00	3,00	2,50	5,46	14º
21	Cabrobó	7,75	5,25	8,00	5,00	3,00	3,50	5,42	15º
22	Moreilândia	7,75	6,75	4,00	5,00	3,00	6,00	5,42	15º
23	São Joaquim do Monte	7,25	7,75	7,00	5,00	3,00	2,50	5,42	15º
24	Carnaíba	6,25	8,50	4,00	10,00	0,00	3,50	5,38	16º
25	Casinhas	6,50	5,25	5,00	10,00	3,00	2,50	5,38	16º
26	Itapissuma	6,00	6,50	4,75	5,00	3,00	7,00	5,38	16º
27	Lagoa do Itaenga	7,75	8,50	6,00	0,00	3,00	7,00	5,38	16º
28	Itapetim	4,75	7,75	4,00	10,00	3,00	2,50	5,33	17º
29	Jaqueira	6,75	4,75	7,00	10,00	0,00	3,50	5,33	17º
30	Exu	6,75	5,25	4,00	10,00	3,00	2,50	5,25	18º
31	Gameleira	7,75	4,50	4,50	10,00	0,00	4,50	5,21	19º
32	Santa Cruz do Capibaribe	5,75	5,50	5,50	10,00	0,00	4,50	5,21	19º
33	Mirandiba	5,75	5,25	4,50	10,00	3,00	2,50	5,17	20º
34	Quixaba	7,75	6,75	4,00	10,00	0,00	2,50	5,17	20º
35	São João	6,75	4,75	7,00	10,00	0,00	2,50	5,17	20º
36	Aliança	7,25	5,50	8,00	0,00	3,00	7,00	5,13	21º
37	Palmares	5,50	5,50	5,25	10,00	0,00	4,50	5,13	21º
38	Lagoa dos Gatos	6,50	7,75	3,50	10,00	0,00	2,50	5,04	22º
39	Bezerros	6,75	5,25	3,50	10,00	0,00	4,50	5,00	23º
40	Camargibe	6,25	5,75	3,00	5,00	3,00	7,00	5,00	23º
41	Cupira	7,00	7,50	7,00	5,00	0,00	3,50	5,00	23º
42	Ferreiros	6,25	7,50	4,25	5,00	0,00	7,00	5,00	23º
43	Garanhuns	6,25	4,25	7,00	5,00	3,00	4,50	5,00	23º
44	Capoeiras	6,00	7,75	3,50	10,00	0,00	2,50	4,96	24º
45	Parnamirim	6,25	8,50	3,00	5,00	3,00	3,50	4,88	25º
46	Água Preta	6,00	4,50	4,50	5,00	3,00	6,00	4,83	26º

Nº	Municípios	Gestão do suas	Proteção Social Básica	Proteção Social Especial	Controle Social	Segurança Alimentar e Nutricional	Vulnerabilidade	RANKING	Posição
47	Carnaubeira da Penha	6,50	4,75	5,00	10,00	0,00	2,50	4,79	27º
48	Chã Grande	6,00	4,75	3,00	10,00	0,00	5,00	4,79	27º
49	Panelas	6,50	7,50	3,00	5,00	3,00	3,50	4,75	28º
50	Pombos	5,75	3,75	4,00	10,00	0,00	5,00	4,75	28º
51	Salgadinho	5,00	6,00	4,00	10,00	0,00	3,50	4,75	28º
52	Itaquitinga	6,00	8,50	4,75	0,00	3,00	6,00	4,71	29º
53	Buenos Aires	3,75	5,25	4,00	10,00	0,00	5,00	4,67	30º
54	Paulista	7,25	5,25	4,00	0,00	3,00	8,50	4,67	30º
55	Angelim	5,25	7,25	4,75	5,00	3,00	2,50	4,63	31º
56	Calumbi	5,00	3,25	7,00	10,00	0,00	2,50	4,63	31º
57	Ribeirão	5,25	7,50	5,50	5,00	0,00	4,50	4,63	31º
58	São Bento do Una	5,75	5,00	3,50	10,00	0,00	3,50	4,63	31º
59	São Vicente Ferrer	5,25	7,00	7,00	5,00	0,00	3,50	4,63	31º
60	Serrita	7,25	6,75	6,00	5,00	0,00	2,50	4,58	32º
61	João Alfredo	7,00	8,00	8,75	0,00	0,00	3,50	4,54	33º
62	Poção	6,50	4,25	4,00	10,00	0,00	2,50	4,54	33º
63	Agrestina	8,75	6,75	3,00	5,00	0,00	3,50	4,50	34º
64	Barreiros	9,25	4,75	5,00	5,00	0,00	2,50	4,42	35º
65	Toritama	5,00	6,00	6,00	5,00	0,00	4,50	4,42	35º
66	Santa Maria da Boa Vista	7,50	7,75	3,50	5,00	0,00	2,50	4,38	36º
67	Vertentes	5,00	7,50	5,00	5,00	0,00	3,50	4,33	37º
68	Dormentes	6,75	8,50	7,00	0,00	0,00	3,50	4,29	38º
69	Jatobá	6,25	6,00	4,00	5,00	0,00	4,50	4,29	38º
70	Altinho	6,50	6,00	4,50	5,00	0,00	3,50	4,25	39º
71	Araripina	6,25	7,75	5,00	0,00	3,00	3,50	4,25	39º
72	Terezinha	6,75	4,25	4,00	5,00	3,00	2,50	4,25	39º
73	Correntes	6,00	3,75	3,00	10,00	0,00	2,50	4,21	40º
74	Igarassu	5,75	6,00	3,50	0,00	3,00	7,00	4,21	40º
75	Ilha de Itamaracá	5,00	5,50	4,75	0,00	3,00	7,00	4,21	40º
76	Nazaré da Mata	7,75	4,50	6,00	0,00	0,00	7,00	4,21	40º
77	Barra de Guabiraba	5,00	8,50	3,00	5,00	0,00	3,50	4,17	41º
78	Camocim de São Félix	7,75	7,75	7,00	0,00	0,00	2,50	4,17	41º
79	São Lourenço da Mata	5,75	4,75	4,50	0,00	3,00	7,00	4,17	41º
80	Carpina	5,25	4,50	5,00	0,00	3,00	7,00	4,13	42º
81	Limoeiro	6,25	5,50	5,50	0,00	3,00	4,50	4,13	42º
82	Orobó	6,00	6,75	7,50	0,00	0,00	4,50	4,13	42º
83	Santa Terezinha	5,75	8,50	4,00	0,00	3,00	3,50	4,13	42º
84	São Benedito do Sul	4,75	5,00	6,50	5,00	0,00	3,50	4,13	42º
85	São José do Belmonte	7,00	6,50	5,25	0,00	0,00	6,00	4,13	42º
86	Betânia	5,25	7,75	4,00	5,00	0,00	2,50	4,08	43º
87	Triunfo	5,50	8,50	6,00	0,00	0,00	4,50	4,08	43º

Nº	Municípios	Gestão do suas	Proteção Social Básica	Proteção Social Especial	Controle Social	Segurança Alimentar e Nutricional	Vulnerabilidade	RANKING	Posição
88	Verdejante	8,50	8,50	3,00	0,00	0,00	4,50	4,08	43º
89	Belo Jardim	6,75	6,00	4,00	0,00	3,00	4,50	4,04	44º
90	Flores	6,25	7,25	3,00	5,00	0,00	2,50	4,00	45º
91	Floresta	5,50	6,00	3,00	5,00	0,00	4,50	4,00	45º
92	Jataúba	6,75	3,75	3,00	5,00	3,00	2,50	4,00	45º
93	Solidão	5,50	6,00	4,00	5,00	0,00	3,50	4,00	45º
94	Bom Conselho	7,00	5,25	6,00	0,00	3,00	2,50	3,96	46º
95	Lagoa do Carro	4,75	5,50	3,50	0,00	3,00	7,00	3,96	46º
96	São José do Egito	5,25	5,00	6,00	0,00	3,00	4,50	3,96	46º
97	Surubim	5,75	4,50	4,00	5,00	0,00	4,50	3,96	46º
98	Camutanga	6,00	6,00	4,50	0,00	0,00	7,00	3,92	47º
99	Chã de Alegria	5,00	7,75	4,50	0,00	0,00	6,00	3,88	48º
100	Glória do Goitá	5,25	4,00	7,00	0,00	0,00	7,00	3,88	48º
101	Orocó	7,50	7,75	4,50	0,00	0,00	3,50	3,88	48º
102	Passira	6,75	8,50	4,50	0,00	0,00	3,50	3,88	48º
103	Lagoa Grande	7,00	5,00	4,50	0,00	3,00	3,50	3,83	49º
104	Primavera	6,00	5,50	3,00	5,00	0,00	3,50	3,83	49º
105	Taquaritinga do Norte	6,00	5,50	4,00	0,00	3,00	4,50	3,83	49º
106	Calçado	4,75	7,75	4,75	0,00	3,00	2,50	3,79	50º
107	Cortês	6,00	6,50	7,75	0,00	0,00	2,50	3,79	50º
108	Sertânia	6,50	5,50	3,00	0,00	3,00	4,50	3,75	51º
109	Xexéu	5,75	7,75	5,50	0,00	0,00	3,50	3,75	51º
110	Bom Jardim	6,50	5,25	4,00	0,00	3,00	3,50	3,71	52º
111	Condado	5,25	6,00	4,00	0,00	0,00	7,00	3,71	52º
112	Ibirajuba	5,25	4,50	4,00	5,00	0,00	3,50	3,71	52º
113	Moreno	4,75	6,00	4,50	0,00	0,00	7,00	3,71	52º
114	Quipapá	5,50	6,00	7,00	0,00	0,00	3,50	3,67	53º
115	Afrânio	6,75	6,50	3,00	0,00	3,00	2,50	3,63	54º
116	Goiana	5,00	3,75	6,00	0,00	0,00	7,00	3,63	54º
117	Gravatá	6,75	4,50	3,00	0,00	3,00	4,50	3,63	54º
118	Joaquim Nabuco	3,75	4,50	2,00	5,00	3,00	3,50	3,63	54º
119	Paudalho	6,00	4,75	4,00	0,00	0,00	7,00	3,63	54º
120	São José da Coroa Grande	5,25	6,00	3,50	0,00	0,00	7,00	3,63	54º
121	Escada	5,25	5,75	3,50	0,00	0,00	7,00	3,58	55º
122	Ibimirim	4,50	5,00	4,50	5,00	0,00	2,50	3,58	55º
123	Igaraci	5,75	6,75	3,50	0,00	3,00	2,50	3,58	55º
124	Tacaimbó	5,50	6,50	4,00	0,00	3,00	2,50	3,58	55º
125	Caruaru	6,00	5,75	4,50	0,00	3,00	2,00	3,54	56º
126	Manari	6,00	3,25	4,50	5,00	0,00	2,50	3,54	56º
127	Terra Nova	6,50	4,25	3,00	5,00	0,00	2,50	3,54	56º
128	Tupanatinga	5,00	6,75	2,00	5,00	0,00	2,50	3,54	56º

Nº	Municípios	Gestão do suas	Proteção Social Básica	Proteção Social Especial	Controle Social	Segurança Alimentar e Nutricional	Vulnerabilidade	RANKING	Posição
129	Vitória de Santo Antão	6,25	5,00	3,00	0,00	0,00	7,00	3,54	56º
130	Arcoverde	5,00	5,00	3,50	0,00	3,00	4,50	3,50	57º
131	Brejo da Madre de Deus	5,00	5,50	3,50	0,00	3,00	3,50	3,42	58º
132	Itacuruba	5,25	4,75	5,00	0,00	3,00	2,50	3,42	58º
133	Saloá	3,75	4,25	5,00	5,00	0,00	2,50	3,42	58º
134	Tamandaré	5,50	8,50	3,00	0,00	0,00	3,50	3,42	58º
135	Cachoeirinha	4,50	8,25	4,00	0,00	0,00	3,50	3,38	59º
136	Pesqueira	5,00	4,25	4,50	0,00	3,00	3,50	3,38	59º
137	Santa Cruz	6,25	6,00	4,50	0,00	0,00	3,50	3,38	59º
138	Bodocó	9,25	4,25	3,50	0,00	3,00	0,00	3,33	60º
139	Sanharó	5,75	5,00	4,75	0,00	0,00	4,50	3,33	60º
140	Riacho das Almas	5,25	4,75	4,00	0,00	3,00	2,50	3,25	61º
141	Cedro	4,00	6,25	4,50	0,00	0,00	4,50	3,21	62º
142	Ipojuca	4,25	5,00	5,50	0,00	0,00	4,50	3,21	62º
143	Santa Cruz da Baixa Verde	5,50	5,50	3,75	0,00	0,00	4,50	3,21	62º
144	Santa Filomena	5,00	7,75	4,00	0,00	0,00	2,50	3,21	62º
145	Tabira	5,00	3,75	4,00	0,00	3,00	3,50	3,21	62º
146	Trindade	6,50	4,25	6,00	0,00	0,00	2,50	3,21	62º
147	Brejinho	4,75	4,25	4,50	0,00	3,00	2,50	3,17	63º
148	Lajedo	5,25	6,75	3,50	0,00	0,00	3,50	3,17	63º
149	Canhotinho	3,75	8,50	3,00	0,00	0,00	3,50	3,13	64º
150	Catende	5,75	5,50	4,00	0,00	0,00	3,50	3,13	64º
151	Tracunhaém	4,75	5,00	2,00	0,00	0,00	7,00	3,13	64º
152	Brejão	7,25	4,75	4,00	0,00	0,00	2,50	3,08	65º
153	Ingazeira	5,25	3,75	3,00	0,00	3,00	3,50	3,08	65º
154	Palmeirina	5,25	3,75	4,00	0,00	3,00	2,50	3,08	65º
155	Feira Nova	6,00	2,75	3,00	0,00	3,00	3,50	3,04	66º
156	Jupi	5,75	4,75	5,25	0,00	0,00	2,50	3,04	66º
157	Petrolândia	3,50	3,25	4,00	0,00	3,00	4,50	3,04	66º
158	Araçoiaba	5,25	3,25	4,50	0,00	0,00	5,00	3,00	67º
159	Amaraji	5,50	4,75	4,00	0,00	0,00	3,50	2,96	68º
160	Belém de Maria	7,00	4,25	4,00	0,00	0,00	2,50	2,96	68º
161	Vertente do Lério	6,00	5,25	4,00	0,00	0,00	2,50	2,96	68º
162	Venturosa	5,25	4,50	4,00	0,00	0,00	3,50	2,88	69º
163	Alagoinha	5,25	4,25	4,00	0,00	0,00	3,50	2,83	70º
164	Bonito	7,75	3,25	3,50	0,00	0,00	2,50	2,83	70º
165	Granito	5,50	4,25	4,50	0,00	0,00	2,50	2,79	71º
166	Lagoa do Ouro	6,00	4,25	4,00	0,00	0,00	2,50	2,79	71º
167	Maraial	6,00	3,75	4,50	0,00	0,00	2,50	2,79	71º
168	Custódia	6,00	4,75	3,00	0,00	0,00	2,50	2,71	72º
169	Inajá	5,00	5,75	3,00	0,00	0,00	2,50	2,71	72º

Nº	Municípios	Gestão do suas	Proteção Social Básica	Proteção Social Especial	Controle Social	Segurança Alimentar e Nutricional	Vulnerabilidade	RANKING	Posição
170	Paranatama	5,50	4,50	3,50	0,00	0,00	2,50	2,67	73º
171	Sirinhaém	4,00	4,50	4,00	0,00	0,00	3,50	2,67	73º
172	Buíque	5,00	3,75	4,50	0,00	0,00	2,50	2,63	74º
173	Iati	4,50	4,75	4,00	0,00	0,00	2,50	2,63	74º
174	Ipubi	3,25	3,75	3,00	0,00	3,00	2,50	2,58	75º
175	Jucati	4,25	4,75	4,00	0,00	0,00	2,50	2,58	75º
176	Machados	4,00	5,00	3,00	0,00	0,00	3,50	2,58	75º
177	Santa Maria do Cambucá	6,00	3,75	3,00	0,00	0,00	2,50	2,54	76º
178	Caetés	5,50	3,75	3,00	0,00	0,00	2,50	2,46	77º
179	Sairé	5,00	3,75	3,00	0,00	0,00	2,50	2,38	78º
180	Águas Belas	7,25	3,75	3,00	0,00	0,00	0,00	2,33	79º
181	Itaíba	4,75	3,50	3,00	0,00	0,00	2,50	2,29	80º
182	Jurema	3,25	3,50	7,00	0,00	0,00	0,00	2,29	80º
183	Cumarú	4,00	3,50	3,00	0,00	0,00	2,50	2,17	81º
184	Frei Miguelinho	4,50	2,75	3,00	0,00	0,00	2,50	2,13	82º

5. METODOLOGIA

A metodologia de apoio técnico corresponde a diversificadas formas de intervenções. Através destas diferentes estratégias que se desencadearão de forma quantitativa e qualitativa. Objetiva-se identificar as principais dificuldades encontradas, o aprimoramento e a qualificação da gestão dos serviços, benefícios, programas e projetos ofertados.

Trata-se de uma ação integrada que envolve de forma conjunta, todos os setores organizativos do SUAS. Um dos objetivos desta metodologia é quebrar a lógica espontaneísta da Política de Assistência Social e tornar as intervenções direcionadas para promoção dos resultados.

Nesta perspectiva, teremos um modelo que abarcará tanta demanda quantitativa, quanto qualitativa do apoio técnico. A parte quantitativa corresponde ao levantamento das informações compostas nos indicadores mencionados no tópico 2. Eles serão apresentados em diversas formas para atender visualização municipal – regional -

estadual. Estes indicadores serão apresentados aos municípios e, qualitativamente buscará entender as principais dificuldades, os “nós” e fragilidades de gestão, de operacionalização técnica e financeira dos municípios.

A metodologia de intervenção técnica está segmentada em 10 eixos principais. Eles estão descritos a seguir:

Ilustração 1: Eixos de apoio técnico

Encontros Regionais	<ul style="list-style-type: none">• Encontros em formatos regionais de apoio técnico anual com objetivo de atender todos os municípios e equipe técnica através de palestras, oficinas sobre vários temas pertinentes ao SUAS.
Assessoria integrada <i>in loco</i> - individual	<ul style="list-style-type: none">• Assessoria técnica integrada é através de visitas presenciais <i>in loco</i> aos municípios a partir do monitoramento dos indicadores e análise das fragilidades apresentadas pelos municípios.
SIGAS/PE	<ul style="list-style-type: none">• Sistema de informação e gestão como ferramentas capaz de armazenar dados, informações, documentos, canal de comunicação através do Fale conosco, calendários e agenda de eventos.
SAM – Sala de atendimento aos municípios	<ul style="list-style-type: none">• Sala de atendimento ao município instalada na SEASS com objetivo de melhor espaço para assessoria técnica e orientações.
Capacitação através do CAPACITASUAS	<ul style="list-style-type: none">• Programa nacional de capacitação do SUAS coordenado pela SEASS/GGTEP ofertando cursos nas modalidades presenciais e Ensino a Distância - EaD aos trabalhadores e conselheiros do SUAS.
NEAD – Núcleo de Educação à Distância	<ul style="list-style-type: none">• Núcleo responsável pela oferta de cursos na modalidade Ensino a Distância - EaD para trabalhadores e conselheiros do SUAS.
Supervisão técnica	<ul style="list-style-type: none">• Modalidade de capacitação que trata-se da organização do trabalho das equipes, na perspectiva de reflexão e estudo coletivo acerca de questões relacionadas aos seus processos cotidianos de trabalho.
Grupos de <i>Whatsap</i> e E-mails	<ul style="list-style-type: none">• Oferta de espaço digital de comunicação direta aos municípios com fins de prestar informações e apoio técnico imediato.
Videoconferências	<ul style="list-style-type: none">• Espaço digital de diálogo com os municípios para socialização de informações relacionadas a política de Assistência Social.
Elaboração de instrumentos técnicos	<ul style="list-style-type: none">• Correspondem a elaboração de instrumentos informativos – cadernos de orientação, protocolos, instruções operacionais e realizar ampla divulgação desses instrumentos em sites oficiais, capacitações à distância e/ou presencial, dentre outros.

6. MODELO DO REGISTRO VISITAS

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude -
SDSCJ
Secretaria Executiva de Assistência Social - SEASS

Reunião de Apoio Técnico - Registro geral

Município:	Data:	Horário de início:
Local:		Horário de término:
Quantidade de Participantes:	Com presença do gestor municipal?	

Questões levantadas e não respondidas durante a reunião

1.1 Gestão do SUAS:

1.2 Vigilância Socioassistencial:

1.3 CadÚnico / Bolsa Família:

1.4 Gestão do Trabalho e Educação Permanente:

1.5 Fundo Estadual de Assistência Social:

1.6 Proteção Social Básica:

1.7 Proteção Social Especial de Média Complexidade:

1.8 Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

1.9 Controle social:

1.10 Segurança Alimentar e Nutricional:

Avaliação consolidada de todos os membros

Assuntos Abordados:
Potencialidades:
Fragilidades:

Demanda de acompanhamento:
Demanda de Capacitação / Formação;
Técnica/o (s) com quem fez o contato (nome/telefone/e-mail/setor):
2. Técnicos Estaduais participantes (nome e setor):

7. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

7.1. Etapa acompanhamento

O acompanhamento do apoio técnico se dará por meio da consolidação das visitas aos municípios. O objetivo é identificar o percentual de municípios que receberam apoio técnico da equipe estadual, bem como sistematização geral das demandas consolidadas no registro geral apresentado no tópico

7.2. Monitoramento

Esta etapa tem como objetivo apurar o alcance dos estágios em comparação com os dados anteriores às ações de apoio técnico. Esse processo de monitoramento e avaliação dos indicadores estaduais da Assistência Social terá como locus: a) Apuração dos indicadores; b) Análise do preenchimento dos roteiros de assessoramento aos municípios e demais relatórios de campo e c) Encontro de discussão e avaliação dos dados pelas equipes envolvidas;

7.3. Diagnóstico de avaliação

Consolidação das ações da SEASS, com informações sobre seus estágios, metas e avaliações de mecanismos políticos para superar determinadas permanências ou retrocessos nos indicadores pactuados.

7.4. Resultados

Os relatórios de resultados serão disponibilizados, anualmente, por município através da plataforma do SIGAS/PE. O objetivo é de forma quantitativa apresentar o resultado da matriz de indicadores do Plano de Apoio Técnico.

8. CONSIDERAÇÕES

Este plano é uma tentativa de sistematizar as diferentes ações que a Secretaria Executiva de Assistência Social desenvolve no âmbito da temática do apoio técnico aos municípios. Ao consolidar as diferentes ações de visitas in loco, atendimentos, encontros, formações e capacitações identificamos a importância de entender o papel de cada uma destas ações, de atuar de forma integrada com os setores, bem como, dimensionar possíveis prioridades, resultados e direções.

A conjuntura de gestão pública tem como princípios o valor público. E isso deve ser dimensionado para que possamos exercitar o aprimoramento constante das políticas sociais. Qualquer desenvolvimento só é possível quando se parte de um diagnóstico e o que se quer avançar. Assim, sair da lógica da intervenção espontânea para a planejada também é um dos desafios que propomos neste plano e que espera-se que possamos avançar e aprimorar ao longo de sua aplicação e processos de realinhamentos que em muito contribuem o aprimoramento das ações.

Por fim, acreditamos que todo trabalho subsidiado em intervenções informadas nos permite provocar um patamar de reflexão da prática cotidiana que passam pelos prontuários, registros de atendimento, sistemas e chegam na gestão e órgãos de controle social enquanto resultados e realidade a ser apresentada daquele trabalho social desenvolvido em cada território. Eis as angústias e ao mesmo tempo o patamar que precisamos identificar na gestão deste sistema que é tão complexo, tão frágil politicamente e legalmente, mas que faz muita diferença na vida de muita gente.

9. Referências Bibliográficas

AZEVEDO. Creuza da S. Planejamento e gerencia no enfoque estratégico-situacional de Carlos Matus. Cad. Saúde Pública, 1992, vol8, n.2, pp.129-133.

BRASIL. **Resolução CIT nº 06 de 1º de julho de 2008**: instituiu o processo de acompanhamento dos Estados às situações consideradas insatisfatórias para funcionamento dos CRAS;

_____. **Resolução CIT nº 05 de 03 de maio de 2010**: Instituir, de forma pactuada, as metas de desenvolvimento dos CRAS.

_____. **Resolução CIT nº 8 de 14 de julho de 2010**: Estabelece fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

_____. **Resolução CNAS nº 32 de 31 de outubro de 2013**, que dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS;

_____. **Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social**. (NOB/SUAS) Brasília: MDS/2012.

_____. **Resolução CNAS nº 18 de 15 de Julho de 2013**: estabeleceu as prioridades e metas específicas para a gestão municipal do SUAS, para o quadriênio 2014-2017.

_____. **Resolução CNAS Nº2, de 16 de março de 2017**. Aprova as prioridades e metas para os estados e o distrito Federal no âmbito do Pacto de Aprimoramento do Sistema único de Assistência Social para o quadrienio de 2016 a 2019.

_____. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009.

JANNUZZI. Paulo de M. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas. São Paulo. Ed. Alínea, 2017.

VAITSMAN, Jeni; RODRIGUES, Roberto W. S.; PAES-SOUSA, Rômulo. O Sistema de Avaliação e Monitoramento das Políticas e Programas Sociais: a experiência do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Brasil. UNESCO, 2006. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000148514_por. Acesso em 15 jul. 2019.